



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

TENSÕES E DESIGUALDADES SOCIAIS NO TRABALHO DE CUIDADO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO A PESSOAS IDOSAS

ELIANE FRANSELI MÜLLER ¹
ROGÉRIO DO NASCIMENTO SILVA ²
LILIANE MOSER ³
EDILANE BERTELLI ³
CARMEN GELINSKI ³

RESUMO: O artigo objetiva refletir sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado à pessoa idosa, no âmbito da produção e reprodução social no contexto de acelerado envelhecimento da população brasileira. As políticas aos idosos/as não acompanharam proporcionalmente as mudanças demográficas, sociais e econômicas, acentuando demandas de cuidado e conflitos às famílias e às mulheres. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica em artigos e trabalhos acadêmicos sobre o tema. Os resultados indicam tensões latentes na relação entre trabalho e capital e as políticas neoliberais intensificam as condições de exploração de classe, raça e gênero no trabalho de cuidado de idosos/as.

Palavras-chave: Envelhecimento; Desigualdades de Gênero; Políticas Sociais; Trabalho de Cuidado.

ABSTRACT: The article aims to reflect on paid and unpaid care work for the elderly in the context of production and social reproduction in the context of the accelerated aging of the Brazilian population. Policies for

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Santa Catarina

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Vassouras

3 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Santa Catarina

the elderly have not proportionally followed the demographic, social and economic changes, accentuating care demands and conflicts for families and women. The methodology used was the bibliographic review of articles and academic works on the subject. The results indicate latent tensions in the relationship between work and capital and neoliberal policies intensify the conditions of exploitation of class, race and gender in the work of caring for the elderly.

Key Word: Aging; Gender Inequalities; Social politics; Care Work.

1. INTRODUÇÃO

No mundo moderno, ocidental, capitalista, o trabalho reconhecido e valorizado adquiriu uma forma inédita: a de trabalho assalariado – atividade social que pode ser objetivada, descrita, analisada, racionalizada e mensurada a sua produtividade, por meio do tempo para executá-lo. Ademais, é essa forma de trabalho que confere dignidade e direitos às pessoas, desde que formalizado no mercado de trabalho, obscurecendo e tornando invisíveis outras formas, como, por exemplo, o trabalho de cuidado de familiares e de atividades domésticas que mulheres realizam cotidiana e gratuitamente.

Nesse processo, as relações patriarcais de dominação, anteriores ao modo capitalista de produção, adquiriram nova faceta, seja pela dualização dicotômica entre público e privado, seja pela convergência entre a imprescindível exploração do trabalho assalariado pelo capital e a do trabalho de mulheres, tanto remunerados, quanto não remunerados, a fim de manter o poder masculino hegemônico na vida social (ÁVILA, 2009).

Ao contrário do trabalho assalariado da racionalidade capitalista, o trabalho doméstico⁴ tornou-se vinculado diretamente às relações afetivas familiares, definido

4O “trabalho doméstico, ao contrário da esfera econômica em que as mercadorias são trocadas por outras, realiza-se dentro de uma relação entre pessoas: a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família. Essa relação de serviço, relação social de sexo que caracteriza o processo de trabalho doméstico, não está circunscrita ao núcleo conjugal, mas deve ser estudada no âmbito do conjunto da parentela” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 258).

como um conjunto de tarefas relacionadas aos cuidados com as pessoas no âmbito da família, da casa, do privado, em oposição ao trabalho que pode ser objetivado no espaço público, realizado fundamentalmente pelas mulheres (mães, filhas, esposas, irmãs), no campo da reprodução social.

No espaço da reprodução social⁵ se destacam o trabalho de cuidado e de atividades domésticas, todavia, o trabalho de reprodução social abrange todo “o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente” (FEDERICI, 2019, p. 20). Ele se constitui em um trabalho central, segundo Federici (2018), de reprodução das condições para a existência dos indivíduos disporem sua força de trabalho à exploração do capital, assim funcional a organização do trabalho nas sociedades capitalistas.

Embora com características similares e que se entrelaçam, o trabalho doméstico e o de cuidado são diferentes, mas são trabalhos que se efetivam no campo da reprodução social, em sua magnitude, e que têm relação histórica com a divisão sexual do trabalho constitutiva das relações de gênero. Tidos como trabalhos femininos, improdutivos, pois não geram diretamente mais-valia, carregam os estigmas da desvalorização e não são remunerados em sua amplitude. Quando remunerados, geralmente, os salários são baixos. Segundo Rifiottis e Santos (2006), o trabalho da empregada doméstica é um facilitador e mediador do trabalho do cuidado.

A percepção do cuidado como atributo “natural” da mulher e de desenvolvimento moral das mulheres está intimamente ligada às obrigações sociais atribuídas historicamente a quem cuida, assim como os aspectos do processo de construção social e econômica do trabalho do cuidado ou de *care*⁶, ou ainda chamado de *care work*, estabelecendo nessa construção social particular fronteira com o trabalho doméstico (HIRATA, 2010).

As atividades relacionadas ao *care*, com particularidade o cuidado domiciliar,

5A reprodução social implica na forma por meio da qual se organiza socialmente o trabalho físico, mental e emocional necessário para manutenção e reprodução da vida, ou seja, a reprodução social está diretamente associada ao trabalho e, mais especificamente, à reprodução da força de trabalho e ao trabalho não remunerado desenvolvido na família, especialmente pelas mulheres (MIOTO, 2017 apud MOREIRA, 2018, p. 48).

6Tanto o conjunto de atividades realizadas no âmbito doméstico por empregadas, faxineiras e babás, como as atividades especializadas das enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem podem designar o trabalho de *care*.

exercido pelas famílias e majoritariamente pelas mulheres, encontrarão ressonância no fenômeno do envelhecimento populacional, o qual também provocará o Estado e o mercado no exercício de sua dimensão enquanto provedores de *care*, por meio de políticas sociais e da provisão de empregos (BERNARDO, 2019).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é refletir sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado às pessoas idosas e as expressões das desigualdades de gênero, raça e classe no âmbito da produção e reprodução social, dimensões em que se exerce esse trabalho, em um contexto de envelhecimento acelerado da população brasileira.

As motivações para a realização desta reflexão se encontram em pesquisas anteriores concluídas⁷, cujos temas têm relação com pesquisa interinstitucional em andamento entre as Universidades do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal do Pará - UFPA e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, financiada pelo CNPQ, sobre as tensões entre o trabalho e a família e análise das políticas públicas na organização do cuidado na vida familiar no Brasil.

Soma-se a isso, a discussão do *care*, que, segundo Bernardo (2019), no Brasil se expandiu a partir dos anos 2000, e a responsabilidade crescente nas famílias e das mulheres, em particular, com os cuidados às pessoas idosas, em decorrência do ritmo acelerado de envelhecimento da população brasileira. O Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas (IBGE) estima que, em 2060, um quarto da população (25,5%) deverá ter mais de 65 anos, em contrapartida, a de jovens (0 a 14 anos) deverá representar 14,7% da população (33,6 milhões). A previsão é de que para cada grupo de 100 pessoas em idade de trabalhar (15 a 64 anos), 67,2 indivíduos terão menos de 15 anos ou estarão com idade acima dos 65 anos (IBGE, 2018). Essa situação tem acarretado significativas transformações na sociedade e na economia, assim como o aumento da histórica sobrecarga às famílias e às mulheres, e seus efeitos têm produzido grandes desafios relacionados ao trabalho de cuidado (SIMÕES, 2016).

Os estudos relacionados ao trabalho de cuidado remetem, em âmbito

⁷Ver MULLER (2020) e SILVA (2020).

nacional e internacional, à década de 1970, quando entraram em cena debates sobre a profissionalização deste trabalho e se ampliaram os debates relacionados à velhice, inicialmente, sob as hostes da gerontologia e geriatria. Porém, alguns fatores foram determinantes ao alargamento dessas fronteiras reflexivas, para além da saúde e da proatividade da 'terceira idade', tais como, as tendências demográficas do envelhecimento da população e de escassez de mulheres para a realização gratuita desse trabalho nas famílias, em decorrência da tendência contínua de aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado (GUIMARÃES; HIRATA, 2020).

A crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho pago, a baixa participação dos homens nos trabalhos de cuidados e nas atividades domésticas e a ausência de serviços públicos de cuidados têm aprofundado as disparidades e desigualdades de gênero, raça e classe social, especialmente, quando se verifica a ascensão da lógica mercantil em detrimento da lógica do cuidado como uma questão coletiva e pública.

Diante desse quadro, nos próximos itens aprofundaremos esses aspectos sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado e as interações desses no âmbito da produção e reprodução social, seguido da conclusão. A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi a revisão bibliográfica, que incluiu artigos e trabalhos acadêmicos sobre o tema.

2. TRABALHO DE CUIDADO NÃO REMUNERADO NA REPRODUÇÃO SOCIAL

No capitalismo, a partir da divisão sexual do trabalho, foi instituído o que seria denominado atividades do âmbito da casa, do âmbito privado, não remunerado e o que seriam as atividades do espaço público, remunerado e quem deveria desempenhá-las. Assim, historicamente, as atividades de reprodução da vida e bem-estar foram atribuídas às mulheres e para os homens foi delegado o trabalho remunerado no espaço público - da produção social. Esse imaginário social de um modelo supostamente ideal, mesmo que com conflitos, perdurou por muito tempo. No entanto, essa forma de organização ao direcionar a responsabilidade desse

trabalho no espaço da reprodução para as mulheres contribuiu, por muito tempo, “para alimentar a compreensão de que a reprodução social é uma responsabilidade das mulheres e não da sociedade” (KÜCHEMANN, 2012, p. 171).

Considerando-se essa divisão sexual de trabalho na sociedade capitalista, as discussões a respeito do cuidado, além das relações de classe, estão atreladas às relações de gênero (BERNARDO, 2017) e, particularmente, no contexto brasileiro, às relações raciais, estruturantes do modo de produção e reprodução capitalista.

Nesta divisão foram atribuídas às mulheres as atividades de cuidado e com as características de uma suposta feminilidade, como se isso fosse algo natural às mulheres. Conforme destacam Hirata e Kergoat (2007), de forma prioritária os homens foram designados à esfera produtiva e a funções de maior valor social agregado, já às mulheres ficaram destinadas à esfera reprodutiva e às funções de cuidado. Assim, este trabalho de cuidado, em diferentes fases da vida, ao longo dos séculos, tem sido desempenhado, mesmo na atualidade, majoritariamente, por mulheres tanto no âmbito familiar - amplamente não remunerado, quanto remunerado.

A família, segundo Pereira Pereira (2010), desde a crise econômica mundial dos anos 1970 (fim do boom econômico do pós-guerra), passou a ser redescoberta como um importante agente privado de proteção social, no entanto, não necessariamente existe uma política de família tanto nos países centrais e, muito menos, nos países periféricos, onde se inclui o Brasil.

No âmbito familiar, diante do aumento da população idosa, as mulheres, cada vez mais, veem-se envoltas em uma dupla carga do trabalho de cuidar, pois, podem estar, simultaneamente, envolvidas com o cuidado dos filhos pequenos e dos pais ou sogros que envelheceram (LLOYD-SHERLOCK, 2010; CAMARANO; MELLO, 2010), além de estarem inseridas no mercado de trabalho.

Esta realidade no Brasil, mas também em outros países da América Latina, tem revelado que, apesar de uma diminuição na quantidade de filhos, isso poderia, talvez, diminuir a quantidade de tempo que as mulheres dedicam ao trabalho de reprodução, não houve alteração na sua condição de principal cuidadora familiar. A transição demográfica, acompanhada do aumento da população idosa e de maior

inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, resultou na chamada “crise dos cuidados”. Mais demandas de cuidados com maior número de pessoas idosas para serem cuidadas e menor quantidade de mulheres disponíveis integral e gratuitamente para a realização desses cuidados, sem que, ao mesmo tempo, houvesse alternativas de cuidados como política pública de responsabilidade do Estado.

Assim, esta “crise do cuidado com os idosos, seja ela considerada do ponto de vista dos idosos ou de seus cuidadores, é essencialmente uma questão de gênero” destacou Federici (2019, p. 272). Porquanto, “caracterizada como um fator de risco social, a crise do cuidado coloca desafios para as mulheres, as famílias e os sistemas de saúde” (COSTA, 2012 apud LEHNER, 2020, p.105). Nesse sentido, essa crise também remete “à incapacidade social e política de garantir o bem-estar de grandes setores da população que não são capazes de cuidar de si mesmos, de cuidar dos outros ou de serem cuidados” (LEHNER, 2020, p.105).

O cuidado com pessoas idosas é também um trabalho de reprodução social. E, segundo Federici (2019), foi a partir das autoras feministas marxistas que se iniciaram análises⁸ sobre o trabalho de reprodução social, as quais destacaram que esse é um tipo de trabalho que fornece as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho para o capitalismo, pois esse participa da produção de valor pelo seu papel na produção da força de trabalho, bem como no seu papel socializador no contexto capitalista.

Apesar de sua importância, este trabalho de cuidado permanece ainda sendo pouco valorizado, por vezes, nem compreendido como um trabalho. No Brasil, tem como características a de ser realizado expressivamente nas famílias e nessas pelas mulheres, não ser remunerado e apresentar relação com o trabalho doméstico, chegando a ser chamado como trabalho doméstico no interior das famílias, isso, em parte, relaciona-se à falta de reconhecimento e regulação dessa atividade. Quando realizado em instituições tende a ser uma profissão desvalorizada, carregada de estigmas e preconceitos.

⁸São essas análises sobre o trabalho reprodutivo que possibilitaram “a compreensão de que a produção capitalista depende da produção de um tipo particular de trabalhador – e, portanto, de um tipo particular de família, sexualidade e procriação - o que levou a uma redefinição da esfera privada como uma esfera de relações de produção e como um terreno de luta anticapitalista” (FEDERICI, 2019, p. 204-205).

O cuidado, como prática social⁹⁰, consiste em uma atividade humana desenvolvida ao longo da história, em particular, o cuidado feminino, que tem a família como *locus* dessa atividade e a figura da dona de casa e da empregada doméstica como provedoras de cuidado para com crianças, doentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Essas atividades “suprem carências em matéria de serviços públicos e infraestrutura” e “são uma carga e uma barreira injustas para a igualdade de participação no mercado de trabalho e na igualdade de remuneração” para as mulheres (ONU MULHERES, 2017, sp.).

A forma de organização desse cuidado expressa-se nas legislações brasileiras, como sendo uma responsabilidade familiar quando essa destaca, além do dever do Estado e da sociedade, a família como responsável por essa proteção pela via da solidariedade familiar, mas sem considerar as condições objetivas e subjetivas para que de fato esse cuidado se efetive.

Desse modo, este trabalho de reprodução social e a construção de seu conceito foi se efetivando no processo de observações e vivências da realidade: “observação de práticas cotidianas que mostravam a complexidade de arranjos que permitem cobrir as necessidades de cuidado e bem-estar” (GAMA, 2014, p. 47).

É constituído, este trabalho de cuidado, de uma parcela de trabalho material que se efetiva na prática concreta e outra imaterial, implicando determinado vínculo emocional entre quem recebe e quem presta os cuidados, também “baseia-se no relacional e não somente em uma obrigação jurídica estabelecida por lei, mas também em emoções que se expressam nas relações familiares” (GAMA, 2014, p. 47), o que pode ser um fator gerador de conflitos no âmbito das relações sociais entre os indivíduos envolvidos no processo do cuidado.

O trabalho de cuidado com idosos apresenta algumas diferenças se comparado ao de cuidado a outras faixas etárias. Uma delas é a questão da

90 O cuidado, como uma prática social, “é dotado de um nível de institucionalização, na medida em que combina práticas concretas – formas de intervenção normalizadoras – com um conjunto articulado de saberes” (LUZ, 1979 apud MARCONDES;YANNOULAS, 2012, p. 175-176).

dependência¹⁰, que se refere à situação na qual o indivíduo e, neste caso, a pessoa idosa, não consegue realizar sozinho determinadas atividades da vida diária, necessitando, assim, receber o apoio e o cuidado de terceiros. Essa situação pode representar algumas limitações momentâneas, circunstanciais ou até mesmo prolongadas e incidirá no tipo e forma de cuidados que o indivíduo dependente necessitará.

Uma particularidade dos indivíduos que envelhecem é que a situação de dependência tende a aumentar ao longo do tempo, mas isso não significa que envelhecer seja um atributo a doenças. Mas sim, que esse é um processo que tem características próprias e relação com as situações de vida de cada indivíduo, conforme classe social, acesso a condições de vida e a políticas públicas de saúde, educação, assistência, previdência social no decorrer da vida.

O cuidado, desse modo, constitui-se, segundo Camarano e Mello (2010), em um termo adjacente à dependência, tendo em vista que “o grau de dependência é que determina a melhor modalidade de cuidados que cada indivíduo necessita” (CAMARANO; MELLO, 2010, p. 23). Nesse sentido, o cuidado que é prestado ao idoso é denominado de “cuidado de longa duração, expressão originada da tradução do termo em inglês *long term care*” (CAMARANO; MELLO, 2010, p. 15), ou seja, o cuidado ao idoso tem a característica de se estender por períodos de tempo extensos.

Essas características no cuidado às pessoas idosas, e o direcionamento às famílias para o trabalho de cuidado aos idosos, têm contribuído para a sobrecarga das mulheres, além disso, as mudanças políticas, econômicas e sociais interferem na inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho remunerado e também na ocupação delas nesse contexto. Ocorre que, muitas vezes, elas optam por trabalhos sem quaisquer direitos e garantias trabalhistas, mas que de alguma forma permitem uma maior flexibilidade de horários para assim tentar conciliar o trabalho de cuidado e o remunerado.

Outra questão é a preocupação e os sentimentos de estresse e frustração

10A dependência dos indivíduos é classificada em graus, que segundo Caldas (2003), pode ser classificada em leve, parcial ou total, e isso implicará o tipo de cuidado que o indivíduo deverá receber.

que os cuidadores familiares vivenciam ao estarem inseridos no mercado de trabalho remunerado e ter a responsabilidade de cuidar de um idoso em casa. Mesmo quando os familiares têm apoio de um cuidador contratado, necessitam atender às demandas do trabalho de reprodução, visto as atividades de cuidado serem complexas e constantes. Nesse sentido,

A modificação do equilíbrio entre pessoas jovens e pessoas idosas dependentes torna patente a necessidade de uma revisão de apoios das políticas públicas destinadas a auxiliar as famílias com pessoas dependentes a seu cargo, e, igualmente, a tornar possível em tais casos a combinação de família e trabalho (ARRIAGADA, 2007, p. 252).

O trabalho de cuidado exercido gratuitamente pela família se torna invisível oficialmente nas contas públicas, assim, é tratado como problema da esfera familiar e não como uma questão pública contribuindo para o obscurecimento de seu valor. Contudo,

O valor do trabalho de cozinhar, limpar, cuidar de crianças e dar atenção a pessoas idosas – tarefas que a economia depende – representa entre 10 e 39% do PIB. Pode pesar mais na economia de um país do que pesam a indústria manufatureira ou a do comércio (ONU MULHERES, 2017, sp.).

Quando exercido por trabalhadoras domésticas remuneradas ou por profissionais dos serviços de cuidado, essas atividades, que historicamente estão vinculadas ao trabalho de reprodução social, passam a ser contabilizadas no sistema de contas nacionais no valor equivalente ao de sua remuneração (KÜCHEMANN, 2012). Contudo, mesmo quando há um valor agregado e expresso pelo pagamento monetário, essas atividades expressam o enraizamento histórico das relações desiguais de classe, gênero e origem racial. Discussão essa aprofundada no próximo item.

3. TRABALHO DE CUIDADO REMUNERADO NA PRODUÇÃO SOCIAL

Ao analisar o trabalho de cuidado remunerado leva-se em conta as abordagens no âmbito da militância feminista e no campo da sociologia do trabalho,

ao empregar o conceito de consubstancialidade - que representa a indissociabilidade das relações sociais que imprimem suas marcas umas às outras, como nó no qual inexistem possibilidades de desatar, do ponto de vista da realidade prática, o que acontece somente no aspecto analítico - e a coextensividade, como atributo essencial do primeiro e que possibilita o movimento espaço-temporal das relações sociais de classe, gênero e origem (SAFFIOTI, 2004; KERGOAT, 2010).

Destaca-se que a dimensão de origem mencionada está diretamente ligada à ideia de nação, raça e etnicidade, uma vez que ao longo da história nos defrontamos com diversos formatos migratórios nacionais e internacionais, seja por meio do tráfico de pessoas, em particular o tráfico negreiro, pela escravização, comercialização e exploração; assim como no caso brasileiro, a estimulação e contratação de mão de obra internacional, chamada de imigração subvencionada, pautada no ideário de branquitude (PETRI, 2009).

A referida estratégia não retira de pauta a escravidão e seus reflexos apontados no trabalho doméstico, ambos como modelos econômicos, o último, em particular, na sua expansão por meio do mercado informal privado, com forte emprego de imigrantes, que conecta as nações pobres do Hemisfério Sul às nações ricas do Hemisfério Norte, e os países mais pobres do Leste Europeu àqueles mais ricos do Oeste (HOCHSCHILD, 2012).

A naturalização desse cuidado, carregado da subjetividade, das emoções das relações e das hierarquizações simbólicas naquilo que socialmente é esperado da figura feminina, necessita ser correlacionado ao contexto das tensões geradas a partir da relação entre trabalho e capital, e aprofundado como elemento relevante no cotidiano profissional das cuidadoras, a partir de suas dimensões ético-políticas e econômicas na contemporaneidade.

O arcabouço teórico das intelectuais do materialismo feminista tem nos possibilitado questionar a atividade do cuidado enquanto trabalho, mas veremos que será necessário empreender esforços e buscar outras formulações para avançar nas reflexões sobre os aspectos étnico-raciais, assim como analisar as mudanças no mundo do trabalho e os processos de mercantilização da esfera doméstica, a partir do surgimento de novas profissões como parte dos novos modelos de organização

do trabalho e a expansão do setor de serviços (GAMA, 2014).

Essa mercantilização do trabalho do cuidado ao mesmo tempo representa uma mercantilização do trabalho feminino, capturado pelas exigências prementes de desregulamentação do capital e da naturalização da esfera reprodutiva, mesmo quando capturada pelo capitalismo, como atribuição tácita das mulheres.

No Brasil, o movimento de entrada maciça feminina no trabalho remunerado se alimenta em parte de um processo de escolarização de mulheres, majoritariamente brancas, e em outra parte de um contingente volumoso de trabalhadoras domésticas, mulheres majoritariamente negras e com baixíssima escolarização, o que, para além da questão de gênero, reafirma evidências de desigualdades étnico-raciais coexistentes com as desigualdades engendradas e naturalizadas nos papéis tradicionais de gênero (SORJ; FONTES, 2012; GUIMARÃES, 2016).

Com a ampliação dos serviços domésticos a particulares, destacam-se outras duas questões envolvendo as mulheres: a questão de classe, em que mulheres de classe média e alta utilizam-se do emprego de trabalhadoras domésticas, e a questão da concorrência, a qual polariza o processo de precarização econômica e/ou legal, entre mulheres “pobres” e “ricas”.

Tal análise mostra o antagonismo no seio do grupo social das mulheres e se remete ao trabalho precarizado, a partir da bipolarização do emprego feminino, pois mesmo quando da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho em funções de gestão ou intelectuais de nível superior, ocorre alto índice de desemprego a outro grupo de mulheres, possuidoras dos mais baixos salários e executando tarefas não reconhecidas socialmente, resultante do modelo de externalização do trabalho doméstico das mulheres bem-sucedidas para as mulheres pauperizadas (HIRATA, 2010).

Torna-se explícito que, para conciliar o deslocamento entre o espaço do trabalho reprodutivo não remunerado e remunerado, concomitantemente, é necessário realizar o controle do corpo que porta essa força de trabalho, isto é, o controle da reprodução e da sexualidade dessas trabalhadoras domésticas manipulados através do gênero e da etnicidade (GONZALEZ, 1979; ÁVILA, 2009).

Desse modo, as tarefas do âmbito doméstico, assim como o cuidar, são atividades regidas pelo gênero, e as mulheres são vistas historicamente como sujeitos disponíveis, de forma permanente, em tempo integral e de forma gratuita para executar tais tarefas (TRONTO, 1997; ÁVILA, 2016).

Considerando a ética como um conjunto de regras, valores e preceitos que regem a construção da realidade social de indivíduos e/ou grupos, o trabalho do cuidado ou *care* aponta para a capacidade humana de satisfazer necessidades que estão presentes em todas as atividades de serviços, seja no espaço privado ou público, gratuito ou remunerado (MOLINIER, 2012).

Essa ideia nos sugere um cuidado que supera seu próprio sentido etimológico, enquanto palavra associada à dimensão curativa de cuidar e tratar; isto é, enquanto cuidado com o outro nos propõem um conjunto de atos e atitudes baseados nos significados morais socialmente construídos e em saberes profissionais especializados.

Analisar o “*care*” enquanto atividade inserida no campo do trabalho, permitiu a algumas autoras como Molinier (2012), apontar características que diferem essa ocupação daquele cuidado historicamente vinculado ao amor, à amizade, à piedade, ou à designação médica do processo curativo que nos remete ao binômio saúde/doença.

As diferentes dimensões do *care*, a depender de quando, como e de quem o executa, isto é, na condição de *gentleness*, podem ser descritas como ato de delicadeza em face à fragilidade do outro; como *savoir-faire* discreto encarna um trabalho atencioso ao antecipar as necessidades daquele que recebe o serviço; como trabalho inestimável é tangenciado como algo imprescindível e não mensurável financeiramente (MOLINIER, 2012).

O trabalho de cuidado, segundo Molinier (2012), também pode ser considerado como um “trabalho sujo” pelo conjunto da população, o que contribui para os estigmas da desvalorização desse como um dos serviços repugnantes, indesejados e que enquanto atividade procura-se não fazer. Já como narrativa ética, no sentido da politização do discurso do cuidado universalizado, sem fronteiras de gênero ou apoiado na moralidade feminina da idealização da maternidade, é

ancorado em políticas e em um Estado provedor de cuidados, como princípio da dignidade humana.

No que concerne especificamente ao trabalho de cuidado remunerado, além desse cuidado pago que muitas cuidadoras exercem no âmbito familiar, há também a incorporação da figura da cuidadora de pessoas idosas, compondo o quadro de profissionais em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's). A crescente demanda por serviços de cuidados a pessoas idosas tem apresentado como outra característica os trabalhos prestados pelas cuidadoras popularmente conhecidas como “acompanhantes de idosos”, trabalhadoras que surgem no limiar entre o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado ou “care” (GROISMAN, 2015).

Em sua maioria, em instituições, essas trabalhadoras são mulheres que, muitas vezes, praticavam o cuidado no âmbito domiciliar e não dispunham, necessariamente, de qualificação profissional específica, exceto as profissionais com formação na área da saúde, como técnicas de enfermagem.

Por fim, cabe salientar que os serviços de cuidado ofertados, seja na esfera pública estatal - dispostos pelas políticas de assistência social e de saúde - ou privados, na lógica da mercadorização dos serviços - de satisfação de desejos e necessidades reguladas pelo mercado e que tem impacto direto sobre o indivíduo, de acordo com sua posição social e econômica e condição de classe, gênero, etnia, e física - implicam em maior ou menor grau de autonomia dos sujeitos e de suas famílias na prática do cuidado.

Nesse caso, o estrato populacional pauperizado terá menor ou nenhum grau de autonomia e escolhas pela precariedade dos serviços fornecidos pelo Estado, tanto em termos quantitativos quanto em termos da qualidade dos serviços prestados, o que demanda a necessidade de o trabalho de cuidado ser visibilizado enquanto um direito social.

4. CONCLUSÃO

A responsabilização das famílias pelo trabalho de cuidado de pessoas idosas e a não remuneração deste trabalho tem interferido na participação das mulheres

cuidadoras no mercado de trabalho remunerado, seja na inserção delas em postos de maior qualificação e que demandam mais tempo de trabalho seja na manutenção de empregos remunerados e com garantias trabalhistas.

Assim, as mulheres têm assumido também uma maior parcela no mercado de empregos "ditos" femininos e com menor valorização e remuneração. Ainda, para as mulheres, a sobrecarga e o estresse é maior porque elas é quem dispõem maior tempo na realização do cuidado familiar a crianças, adolescentes, pessoas doentes, com deficiência e pessoas idosas. Também, são as que realizam um maior número de tarefas de cuidados, se comparado aos homens.

Crescentemente, as cuidadoras têm apresentado maior relevância no trabalho de cuidado prestado às pessoas idosas em instituições como as ILPI's. Esse investimento pode ser justificado a partir da proposição de leis específicas para formação e profissionalização desse segmento, conforme induzido pelo Projeto de Lei Complementar nº 11/2016, vetado integralmente, em 2019, pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro; assim como das transformações e desafios trazidos pelo processo de envelhecimento populacional.

Entretanto, percebe-se a urgência de um novo modelo de gestão das políticas sociais, pautado na realidade das famílias brasileiras, nos novos arranjos familiares, assim como na identificação da necessidade de uma política de cuidados específica para a pessoa idosa e do reconhecimento dos/as cuidadores/as enquanto objeto especializado desse cuidado (GROISMAN, 2015; SILVA, 2020). Desafio esse para o Estado na formulação, execução e gestão das políticas públicas que incluam a pauta do envelhecimento e do trabalho de cuidado na produção do viver.

5. REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Recife, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, p. 137-146, 2016.

ARRIAGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina.

In: ARAUJO, Clara; PIKANÇO, Felícia; SCALON, Celi (org.). **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007. p. 223-265.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados. *In:* TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital.** Campinas, SP: Papel Social, 2017. p. 53-74.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. **Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares:** desafios para a proteção social no município do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CALDAS, Célia Pereira. **Envelhecimento com dependência:** responsabilidades e demandas da família. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p.773-781, mai/jun, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15880.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão. Cuidados de longa duração no Brasil: o arcabouço legal e as ações governamentais. *In:* CAMARANO, Ana Amélia (org.). **101 Cuidados de longa duração para a população idosa:** um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA, 2010. p. 67- 92.

ESQUIVEL, Valéria. Entrevista a Valeria Esquivel: Economia del Cuidado y Pandemia. Org.: BARBATO, Constanza. **El cuidado es político:** reflexiones transversales en tiempos de precariedad. Contribuciones de Valeria Esquivel [et al.]; compilado por Constanza Barbato; editado por María Sol Besada. 1ª ed. Beccar: Poliedro Editorial de la Universidad de San Isidro, 2020. Libro digital, PDF (Cuadernos de Poliedro). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349694557>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario:** críticas feministas al marxismo. Traducción: María Aránzazu Catalán Altuna Scriptorium (Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz). Duque de Alba, Madri: Traficantes de Sueños, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo SYCORAX. São Paulo: Editora Elefante: 2019.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Trabalho doméstico.** Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, p. 256-262, 2009.

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil:** reflexões sobre direitos do trabalho. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 149-168, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/artic le/v iew/5110/3750>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho família e gênero:** impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

GROISMAN, Daniel. **O cuidado enquanto trabalho**: envelhecimento, dependência e políticas para o bem-estar no Brasil. Tese (doutorado) Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko. Pensar o trabalho pela ótica do cuidado, pensar o cuidado pela ótica das suas trabalhadoras. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko (Org.). **Gênero do cuidado**: desigualdades, significações e identidades. Ateliê Editorial. São Paulo, 2020. Pág. 27-52.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão**: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. Cadernos Pagu, Campinas, n. 46, p. 59-77, jan.-abr. 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada, n. 8, p. 5-7, 1979.

HIRATA, Helena. **Teorias e práticas do care**: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, p. 42-56, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 19 ago. 2022.

HOCHSCHILD, Arlie. Nos bastidores do livre mercado local: babas e mães de aluguel. *In*: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, p. 185-200, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Agência IBGE Notícias, 25 jul. 2018. IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/2183-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estudos CEBRAP, n. 86, p. 93-103, 2010.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania**: velhos dilemas e novos desafios. Revista Sociedade e Estado, v. 27, n. 1, p. 165-180, jan./abr., 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5643/5136>. Acesso em: 03 ago. 2022.

LEHNER, Maria Paula. O cuidado da família e os desafios para com as políticas públicas. *In*: TEIXEIRA, Solange; CARLOTTO, Cássia M. (Orgs.) **Família, cuidado e políticas sociais**. Campinas: Papel Social, p.103-120, 2020.

LLOYD-SHERLOCK. **Population ageing and international development** – from

generalization to evidence. United Kingdom: Policy Press, 2010.

MARCONDES, M. M.; YANNOULAS, S. C. **Práticas Sociais de Cuidado e a Responsabilidade do Estado**. Revista *Ártemis*, [S. l.], v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/14222>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MOREIRA, Tassiane Antunes. **Trabalho e vida familiar**: um estudo sobre o uso do tempo com famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis (SC). 2018, 159 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. *In.*: HIRATA H, GUIMARÃES, N.A. (Orgs.) **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do Care. São Paulo: Editora Atlas, p. 30-43, 2012.

MULLER, Eliane F. **Envelhecimento, família e cuidado de idosos**: os conflitos entre as demandas do trabalho de cuidado e do trabalho na esfera da produção social. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

PETRI, Kátia Cristina. **“Braços para a lavoura”**: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). *Cordis*: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, n. 3-4, 2009.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara. Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. *In.*: SALES, M. A. *et al.* (org.). **Política social, família e juventude**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ONU MULHERES. BRASIL. **Trabalho de cuidados oscila entre 10 e 39% do PIB de países, considera ONU Mulheres**. (2017). Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalho-de-cuidados-oscila-entre-10-e-39-do-pib-de-paises/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. *In.*: **Gênero, patriarcado, violência**. 2004.

SANTOS, Sílvia Maria Azevedo; RIFIOTIS, Theophilos. **Cuidadores familiares de idosos demenciados**: uma reflexão sobre a dinâmica do cuidado e da conflitualidade intrafamiliar. Florianópolis: Laboratório de Estudo das Violências/UFSC, 2006.

SILVA, Rogério do Nascimento. **As transformações no trabalho de cuidado profissional e o processo de formação**: a percepção das trabalhadoras do care. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de

Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população** / Celso Cardoso da Silva Simões. Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA H., GUIMARÃES N.A. (orgs.) **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. 2012.

TRONTO, Joan C. **Mulheres e cuidados**: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso. *Gênero, corpo, conhecimento*, p. 186-203, 1997.

,

,